

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

As discussões sobre a reforma da previdência são de longa data no Brasil, afinal os investimentos previdenciários comprometem mais da metade dos recursos federais e há um déficit previdenciário de 194 bilhões por ano (dados de 2018). Como se trata de uma questão muito impopular, os governos, de maneira geral, postergaram o problema para não ter uma redução na sua aprovação. Vale ressaltar que FHC, Lula e Dilma já flertaram com algum tipo de proposta de reforma, mas somente Temer, com o seu programa "ponte para o futuro", propôs efetivamente algum tipo de mudança. Por sua baixa popularidade, somada a escândalos de corrupção associados ao seu nome, não houve nenhum tipo de mobilização por parte do congresso para aprovar sua proposta. Como se trata de uma PEC (proposta de emenda constitucional), a reforma deveria ser aprovada em 2 turnos por 2/3 da câmara dos deputados (513 deputados) e 2/3 do Senado (81 Senadores).

Com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, houve um fortalecimento de medidas de austeridade (ajustes fiscais) lideradas por Paulo Guedes (ministro da economia), incluindo a reforma previdenciária. Vale notar que no Brasil, diferente do que ocorreu em outras partes do mundo, parte da população se mobilizou A FAVOR da reforma, entendendo que era necessária sim uma contenção dos gastos públicos. Com isso, o congresso se sentiu muito mais a vontade para votar favorável a PEC, incluindo alguns nomes tidos como de esquerda, com a deputada Federal Tabata Amaral.



A proposta enviada por Paulo Guedes ao congresso inicialmente foi vista como muito "dura" pelos deputados e senadores, que decidiram então

mudar bastante a proposta inicial. Criou-se então uma disputa política para saber quem realmente aprovou a reforma. Rodrigo Maia, presidente da câmara dos deputados, chorando após a aprovação, talvez seja o maior símbolo dessa briga.



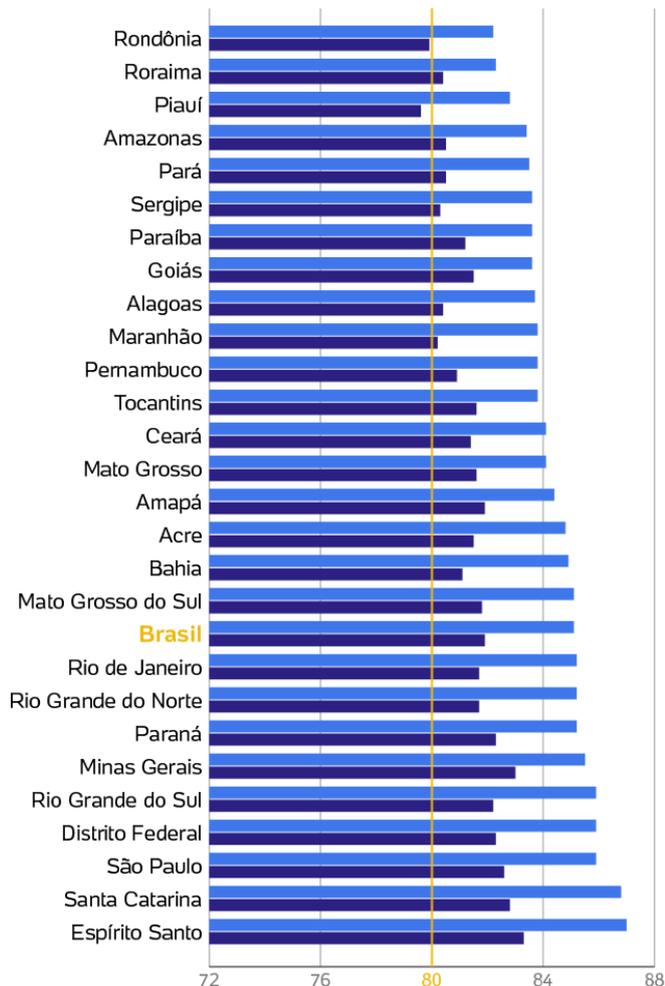
O déficit previdenciário que motivou a reforma se deu principalmente por três fatores:

1. Envelhecimento populacional: Por mais que o Brasil não seja um país de idosos, há sim um envelhecimento populacional, principalmente para os trabalhadores que efetivamente se aposentam, visto que eles possuem uma expectativa de vida que gira em torno de 81 anos. Apesar desse envelhecimento, não há como associar a necessidade de reforma ao envelhecimento, visto que o Brasil ainda se encontra no período denominado de Janela ou Bônus demográfico, momento no qual há grande parcela da população que participa do mercado de trabalho (adultos), em relação àqueles que dependem do Estado (jovens e idosos)

Expectativa de vida do aposentado

Tempo médio que irá viver um indivíduo que completa 65 anos

■ Mulheres ■ Homens



Fonte: IBGE

Arte/UOL

2. Informalidade no Brasil – o regime previdenciário do Brasil funciona no esquema de pirâmide, ou seja, quem hoje está trabalhando paga os impostos (INSS) para sustentar os atuais aposentados, enquanto os atuais trabalhadores, quando se aposentarem, serão “sustentados” pelos trabalhadores da época. Tendo essa situação como base, hoje há um aumento muito grande da informalidade, ou seja, trabalhadores sem carteira assinada e que não pagam seus impostos, visto que o alto desemprego, somado a alta carga tributária (impostos), incentivam a informalidade. Como poucos trabalhadores estão, portanto, pagando INSS, há menor arrecadação, gerando um déficit.
3. Injustiças na previdência: A separação da previdência de servidores públicos e privados cria algumas situações de injustiça. Muito cuidado com a análise pois, em nenhum momento estou desmerecendo os

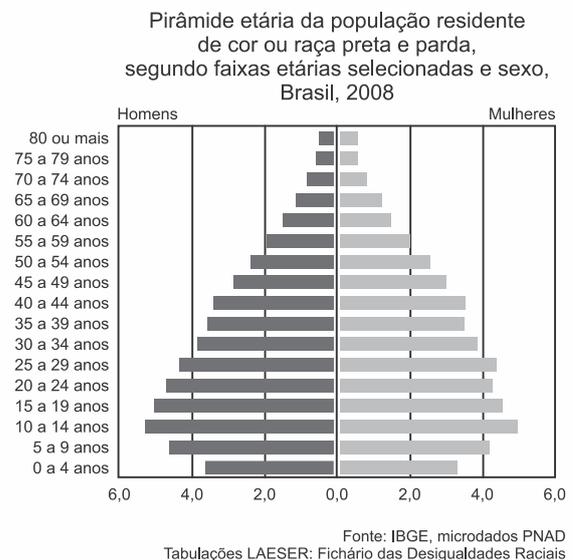
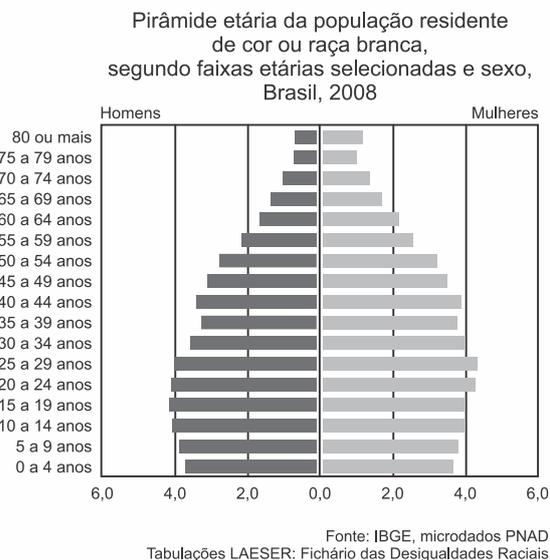
servidores públicos, que via de regra trabalham muito e recebem pouco pelos seus serviços, mas sim estou expondo a situação de alguns servidores públicos que são privilegiados, principalmente do poder judiciário, do ministério público e da política em geral (executivo e legislativo). Em 2017, a previdência foi responsável por 730 bilhões de reais em gastos, sendo que 39 bilhões ficaram com 530 bilhões em aposentadoria e pensão, enquanto 1 milhão ficou com 200 bilhões dessa fatia. Um suma, 0,47% da população foi responsável por 15,38% de todos os gastos federais. Para efeito de comparação, enquanto as "superaposentadorias" representaram uma média salarial de 200 mil reais anuais e gastos de 200 bilhões por ano, todo o gasto com saúde foi de 104 bilhões, em educação foi de 31 bilhões e em infraestrutura foi de 25 bilhões. Se gasta no Brasil 10 vezes mais com as superaposentadorias do que se gasta em infraestrutura, tão necessária para resolver os gargalos econômicos do Brasil e gerar emprego, melhorar a circulação de mercadorias e gerar renda ao país. Fica claro, então, que o problema não está na maioria dos servidores privados do país, que recebem, em média 1450 reais/mês após muitos anos de contribuição, mas sim em uma elite do funcionalismo público, que são justamente os responsáveis por mudar a previdência.

Para entender as principais mudanças na reforma, embora isso não seja algo possa aparecer em alguma prova de vestibular, recomendo o site <https://oglobo.globo.com/economia/reforma-da-previdencia-entenda-proposta-em-22-pontos-19744743>

EXERCÍCIOS

1. (Fuvest 2020) Introduzido nos anos 1990, o fator previdenciário vinculou o acesso à aposentadoria ao envelhecimento da população, visando à sustentabilidade financeira da previdência. Assim, cada aumento da expectativa de vida implica em aumento do tempo necessário de contribuição para manutenção do mesmo valor do benefício. (...) Ao desconsiderar as diferenças raciais em relação à expectativa de vida, o fator previdenciário é um fator de discriminação racial no Brasil. Tal evidência não pode ser ignorada pelas políticas públicas, sob o risco de ficar cada vez mais distante a meta de alcançar um país mais justo.

Disponível em <http://dssbr.org/site/2012/01/fator-previdenciario-fator-de-discriminacao-racial/>.



- Numa pirâmide etária, que aspecto visual (em relação à sua forma) permite estimar a proporção da população idosa em relação ao total da população?
- Cite e explique dois fatores de natureza socioeconômica que contribuem para a diferenciação entre as pirâmides etárias.
- Usando dados da comparação entre as pirâmides etárias, explique por que o texto afirma que “o fator previdenciário é um fator de discriminação racial no Brasil”.

2. (Uece 2018) As políticas de desenvolvimento econômico, no Brasil, sofreram alterações significativas desde o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, em especial quando foram implementadas medidas do projeto conhecido como “Ponte para o Futuro”, que entre outros aspectos, propõe

- a) a participação efetiva do Estado como agente político e econômico apto a conduzir projetos de desenvolvimento voltados à superação de desequilíbrios sociais e regionais.
- b) a busca pelo pleno emprego, viável desde que os governos saibam ampliar impostos, aumentar juros e reduzir a entrada de capital internacional no país.
- c) o controle fiscal e do orçamento público, sobretudo com a implantação de reforma da Previdência, com idade mínima para aposentadoria, contingenciamento dos gastos do governo e mudanças na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).
- d) o crescimento da atividade industrial como única via para o desenvolvimento, através de uma "substituição de importação", com forte intervenção do Estado.

3. (Ufu 2018) A População Economicamente Ativa (PEA) brasileira está ficando mais velha e o número de jovens que ingressam na População em Idade Ativa (PIA) é cada vez menor, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE. Trata-se de movimento natural da economia, mas que trará consequências importantes para empresas.

Disponível em: <<https://www.lg.com.br/blog/envelhecimento-da-populacao-economicamente-ativa-impoedesafios-ao-mercado/>>. Acesso em: 22 de mar, 2017.

Esse cenário tende a proporcionar a médio e a longo prazo

- a) um menor crescimento da disponibilidade de mão de obra e a diminuição da oferta de profissionais capacitados.
- b) um achatamento salarial em todas as etapas de produção quando a mão de obra será gradativamente substituída pelas máquinas.
- c) uma redução nos custos da previdência social, nos gastos com saúde e, principalmente, com a educação.
- d) uma diminuição nos investimentos para capacitação profissional devido à redução da concorrência entre trabalhadores que procuram emprego.

4. (Ufrgs 2017) Observe a tabela abaixo.

Proporção da população residente de 0 a 14 anos, de 15 a 64 anos e de 65 anos ou mais na população total, por situação do domicílio – Brasil – 1960/2010

Anos	Proporção da população de 0 a 14 anos (%)			Proporção da população de 15 a 64 anos (%)			Proporção da população de 65 anos ou mais (%)		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
1960	42,7	38,6	46,0	54,6	58,2	51,6	2,7	3,2	2,4
1970	42,1	38,8	46,3	54,8	57,7	51,0	3,1	3,5	2,7
1980	38,2	35,4	44,2	57,7	60,5	52,1	4,0	4,1	3,8
1991	34,7	32,9	40,3	60,4	62,2	55,0	4,8	4,9	4,7
2000	29,6	28,4	35,0	64,5	65,8	59,3	5,9	5,9	5,7
2010	24,1	23,2	28,6	68,5	69,4	63,9	7,4	7,4	7,5

Fonte: IBGE, Censo demográfico 1960/2010.

Sobre os dados apresentados, é correto afirmar que

- a) os números indicam o processo de envelhecimento da população brasileira, a subsequente diminuição da população jovem e a entrada do país no período chamado "bônus demográfico".

- b) a estrutura da população é típica de um país não desenvolvido, com predominância de jovens sobre idosos, devido às taxas de natalidade ainda altas e à baixa expectativa de vida.
- c) a baixa variação apresentada nas porcentagens mostra que nada mudou sobre a estrutura da população, nos últimos 50 anos, no Brasil.
- d) a razão de dependência é extremamente alta nos dois últimos censos, o que provoca pouca arrecadação e problemas para o sistema de previdência social.
- e) a população brasileira está estagnada em seu crescimento, o que se reflete nas porcentagens, ao longo do período de 50 anos, mostradas na tabela.

5. (Famerp 2017) O demógrafo e economista José Eustáquio Alves, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), falou sobre o bônus demográfico, momento que segundo o especialista, acontece apenas uma vez na história de cada país. "É o momento em que a pirâmide está se transformando. Depois, ele passa e chega o envelhecimento populacional", constatou.

www.unicamp.br. Adaptado.

O momento do bônus demográfico corresponde, na estrutura populacional de um país,

- a) ao aumento da taxa de natalidade.
- b) à redução da razão de dependência.
- c) à contração do sistema previdenciário.
- d) ao avanço do desemprego estrutural.
- e) à manutenção do crescimento horizontal.

Gabarito:

Resposta da questão 1:

- a) Na pirâmide etária, a proporção de terceira idade pode ser visualizada no topo a partir da faixa de 60 anos.
- b) O Brasil é um país com desigualdades sociais e étnicas profundas. Dois fatores importantes que contribuem para a disparidade étnica são as diferenças no acesso à saúde e os níveis educacionais. De modo geral, os brancos apresentam melhores indicadores econômicos, de saúde e de educação, levando a uma taxa de natalidade mais baixa e uma expectativa de vida mais alta quando comparados à população parda e negra.
- c) O fator previdenciário agrava a desigualdade étnica, uma vez que a expectativa de vida é mais baixa para negros e pardos. Na pirâmide etária dos afrodescendentes, a proporção de idosos é menor. Na pirâmide etária dos brancos, a proporção de terceira idade é maior, fazendo com que desfrutem de um tempo maior de aposentadoria.

Resposta da questão 2:

[C]

Após o impeachment de Dilma Rousseff em 2016, o governo federal atravessou uma transformação substancial, pois rompeu-se uma coalizão de partidos de esquerda e direita. O novo governo, liderado por Michel Temer, foi caracterizado por uma coalização de direita com a participação de partidos como MDB, PSDB, DEM, PP, PR, PRB, PSD entre outros. Foi implantada uma política econômica neoliberal através de um projeto denominado de "Ponte para o Futuro", entre as medidas: ajuste fiscal com cortes em gastos sociais e investimentos, PEC do teto de gastos, privatizações (hidrelétricas e aeroportos), reajuste dos combustíveis conforme o mercado internacional (variação do petróleo e do dólar), reforma trabalhista e aprovação da terceirização irrestrita de trabalhadores e proposta de reforma na previdência (não aprovada). O resultado entre 2016 e 2018, foi a baixa taxa de investimento privado e público resultando em baixo crescimento do PIB, elevação do desemprego, aumento da pobreza, paralização dos caminhoneiros, além do agravamento da crise política.

Resposta da questão 3:

[A]

No Brasil, com a queda da taxa de natalidade e aumento da expectativa de vida, a PEA (População Economicamente Ativa), formada por trabalhadores e também por desempregados, avança em idade. Quando a PEA é maior que a taxa de dependentes (jovens até 15 anos e idosos a partir de 65 anos), o país apresenta bônus demográfico, o que favorece a economia. Entretanto, para o futuro, o quadro pode se inverter, com menor disponibilidade de mão de obra, além de problemas como a quantidade insuficiente de trabalhadores qualificados devido, inclusive a dificuldades educacionais.

Resposta da questão 4:

[A]

A tabela mostra a diminuição no percentual de jovens devido à queda da taxa de natalidade, da taxa de fecundidade e do crescimento vegetativo. Houve aumento do percentual de adultos e de idosos devido à elevação da expectativa de vida. O percentual de adultos eleva a PEA (População Economicamente Ativa) que já é maior do que o percentual de dependentes (jovens e idosos). Assim, pode-se afirmar que o Brasil está numa fase de bônus ou janela demográfica e precisa estimular o crescimento econômico, a sustentabilidade da previdência social e investimentos em educação.

Resposta da questão 5:

[B]